

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202607/0220

Tipo Oferta: Procedimento Concursal para Constituição de Reserva de Órgão/Serviço

Estado: Ativa

Nível Orgânico: Câmaras Municipais

Órgão / Serviço: Câmara Municipal de Paredes

Vínculo: CTFP a termo resolutivo certo

Duração: 12

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Assistente Operacional

Categoria: Assistente Operacional

Grau de Complexidade: 1

Remuneração: 934,99€

Suplemento Mensal: 0,00 EUR

Caracterização do Posto de Trabalho:

funções correspondentes à caracterização funcional da categoria de assistente operacional, constantes no anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, e as constantes no mapa de pessoal do Município, nomeadamente: efetuar o acolhimento das crianças/alunos; ajudar na higiene das crianças/alunos; acompanhar e apoiar as crianças durante a refeição escolar; assegurar a vigilância das crianças/alunos no recreio; colaborar em tarefas relacionadas com o serviço de transporte escolar; exercer tarefas relacionadas com atendimento e encaminhamento de encarregados de educação e outros utilizadores, assim como tarefas relacionadas com atendimento telefónico; controlar as entradas e saídas das escolas; acompanhar as crianças/alunos referenciados na educação inclusiva; apoiar e participar no planeamento das atividades curriculares com o pessoal docente; efetuar a limpeza e arrumação das instalações, salas, corredores e casas de banho; assegurar a manutenção do espaço exterior; assegurar a boa utilização e conservação dos equipamentos e instalações; assegurar o registo dos almoços na Base de Dados; assegurar o acompanhamento das crianças durante as atividades de apoio à família da componente de apoio à família; apoiar os docentes nas matérias extra curriculares; exercer, quando necessário, tarefas de apoio ao normal funcionamento de espaços e atividades.

Perfil de competências do candidato: Orientação para o serviço público, Orientação para a colaboração, Orientação para os resultados, Comunicação, Iniciativa e Organização, planeamento e gestão de projetos.

Requisitos de Admissão

Nomeação definitiva

Nomeação transitória, por tempo determinável

Nomeação transitória, por tempo determinado

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

CTFP a termo resolutivo certo

CTFP a termo resolutivo incerto

Sem Relação Jurídica de Emprego Público

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica: c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

- d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

**Autorização dos membros do Governo
Artigo 30.º da LTFP:**

despachos n.º 4 e n.º137, de 6 de janeiro de 2026 e 29 de junho de 2026, respetivamente, do Presidente da Câmara e da deliberação do Órgão Executivo em reunião ordinária realizada em 18 de junho de 2026.

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Habilitação Literária: 4 anos de escolaridade (1º ciclo ensino básico)

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Câmara Municipal de Paredes	Parque José Guilherme	Paredes	4580130 PAREDES	Porto	Paredes

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos: Escolaridade mínima obrigatória.

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: plataforma de serviços online, disponível em www.cm-paredes.pt

Contacto: Telf.:255788843/255788800/255788842

Data Publicitação: 2026-07-06

Data Limite: 2026-07-21

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social: Aviso n.º16823/2026/2, publicado na 2.ª série do D.R. n.º128 de 6 de julho de 2026.

Texto Publicado em Jornal Oficial: PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE RECRUTAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE ASSISTENTES OPERACIONAIS (AUXILIARES DE AÇÃO EDUCATIVA), GRAU DE COMPLEXIDADE 1, EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS A TERMO RESOLUTIVO CERTO PELO PERÍODO 12 MESES A) - Nos termos do disposto no artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e artigos 30.º e 33º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e por meus despachos n.ºs 4 e 137, proferidos, em 6 de janeiro de 2026 e 29 de junho de 2026, respetivamente, e nos termos da deliberação do órgão executivo em reunião ordinária realizada em 18 de junho de 2026, se encontra aberto o procedimento acima mencionado. - B)– O procedimento é regulado pela Portaria n.º233/2022, de 9 de setembro; Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação; Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação; Decreto-Lei n.º29/2001, de 03 de fevereiro; Decreto Regulamentar n.º14/2008, de 31 de julho; Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º29-A/2026, de 30 de janeiro.----- C) O procedimento destina-se à criação de reserva de recrutamento, para satisfação de necessidade futuras, de ocupação de posto(s) de trabalho previsto(s) e não ocupado(s) no mapa de pessoal do Município, na carreira e categoria de assistente operacional (auxiliar de ação educativa), na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por a termo resolutivo certo e ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do artigo 57.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), na sua atual redação. O contrato de trabalho terá a duração de 12 meses, podendo ser prorrogável até

ao limite máximo do prazo estabelecido no artigo 60.º da LTFP.

----- D) - Local de Trabalho - O local de trabalho será nas instalações dos estabelecimentos de educação e ensino dos agrupamentos de escolas e escola não agrupada do Concelho de Paredes.

----- E) - Caracterização do posto de trabalho: pretende-se indivíduo(a) que desempenhe funções correspondentes à caracterização funcional da categoria de assistente operacional, constantes no anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, e as constantes no mapa de pessoal do Município, nomeadamente: efetuar o acolhimento das crianças/alunos; ajudar na higiene das crianças/alunos; acompanhar e apoiar as crianças durante a refeição escolar; assegurar a vigilância das crianças/alunos no recreio; colaborar em tarefas relacionadas com o serviço de transporte escolar; exercer tarefas relacionadas com atendimento e encaminhamento de encarregados de educação e outros utilizadores, assim como tarefas relacionadas com atendimento telefónico; controlar as entradas e saídas das escolas; acompanhar as crianças/alunos referenciados na educação inclusiva; apoiar e participar no planeamento das atividades curriculares com o pessoal docente; efetuar a limpeza e arrumação das instalações, salas, corredores e casas de banho; assegurar a manutenção do espaço exterior; assegurar a boa utilização e conservação dos equipamentos e instalações; assegurar o registo dos almoços na Base de Dados; assegurar o acompanhamento das crianças durante as atividades de apoio à família da componente de apoio à família; apoiar os docentes nas matérias extra curriculares; exercer, quando necessário, tarefas de apoio ao normal funcionamento de espaços e atividades.

----- Perfil de competências do candidato: Orientação para o serviço público, Orientação para a colaboração, Orientação para os resultados, Comunicação, Iniciativa e Organização, planeamento e gestão de projetos. ----- O vencimento mensal líquido é de 934,99€ (novecentos e trinta e quatro euros e noventa e nove cêntimos), da carreira e categoria de Assistente Operacional da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, conciliado com o disposto no artigo 38.º da LTFP.

----- F) Requisitos de admissão – poderão candidatar-se os indivíduos que até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas reúnam os requisitos definidos no artigo 17.º da Lei Geral Trabalho funções Públicas (LTFP) e o previsto na alínea H) do presente aviso. ----- G)- O recrutamento efetuar-se-á através de trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, nos termos da deliberação do órgão executivo em reunião de 18 de junho de 2026 e do disposto no n.º 4 do artigo 30.º LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, existindo somente prioridade no recrutamento, para candidatos que estejam em situação de valorização profissional da função pública de acordo com o artigo 2.º e artigo 34.º do Regime de Valorização Profissional, aprovado pela Lei n.º 25/2017 de 30 de maio, conciliado com o disposto na alínea d) do artigo 37.º da LTFP, aprovada pela n.º 35/2014, de 20 de junho.

----- Relativamente ao sistema de quotas para pessoas com deficiência, com grau de incapacidade igual ou superior a 60%, dá-se cumprimento ao previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro.

----- H) - Nível Habilitacional: Escolaridade mínima obrigatória. ----- I) – Não haverá possibilidade de substituição do nível habilitacional, por formação ou experiência profissional.

----- J) - Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publica o procedimento.

----- K) - Forma e prazo de apresentação de candidaturas: as candidaturas deverão ser formalizadas, exclusivamente, e sob pena de exclusão, através da plataforma de serviços online, disponível em www.cm-paredes.pt, no formulário de candidatura específico para o presente procedimento, o qual deverá ser devidamente preenchido, expedido no prazo de 10 dias úteis após a publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (B.E.P.). ----- A submissão através da plataforma de serviços online implica um registo de utilização prévio.

----- O registo de adesão só poderá ser efetuado até às 16h00m do último dia de candidatura, sob pena de não ser possível submeter a candidatura ao referido procedimento.

----- Não serão aceites candidaturas apresentadas em formato papel bem como as candidaturas enviadas por correio eletrónico.

----- L) – Ao formulário de candidatura, deve ainda anexar, os seguintes elementos: a) Fotocópia(s) do(s) certificado(s) de habilitações literárias. Os(as) candidatos(as) possuidores(as) de

habilitações literárias obtidas em país estrangeiro, sob pena de exclusão, deverão apresentar, em simultâneo, documento comprovativo das suas habilitações correspondente ao reconhecimento das habilitações estrangeiras previstas pela legislação portuguesa aplicável, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto; ----- b) Curriculum vitae devidamente assinado e datado de acordo com os parâmetros fixados na avaliação curricular e com os respetivos comprovativos sob pena de não poderem ser considerados;

----- c) os candidatos titulares de Relação Jurídica de Emprego Público deverão entregar, declaração comprovativa do seu serviço devidamente atualizada, carimbada e assinada, mencionando a sua categoria, tipo de relação jurídica e descrição das suas funções idênticas as postas a concurso, assim como qual a avaliação de desempenho obtida, com menção qualitativa e quantitativa ou fotocópias das avaliações de desempenho relativas ao último período, não superior a três anos, se aplicável;

----- Os candidatos que detêm relação jurídica de emprego público com o Município de Paredes estão dispensados de apresentar os documentos exigidos, desde que declarem sob compromisso de honra, que se encontram disponíveis no seu processo individual;

----- d) os candidatos portadores de deficiência deverão declarar a sua situação sob compromisso de honra no requerimento e entregar respetivo documento comprovativo, indicando o tipo de deficiência e grau de incapacidade conforme o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei nº29/2001, de 03 de fevereiro, se aplicável; No caso de necessitarem de esclarecimentos, poderão contactar a Unidade de Recrutamento e Gestão de Carreiras através do tlf: 255788843/25578884. ----- M) – O método de seleção será unicamente a Avaliação Curricular (AC), e visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida. A avaliação curricular será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valorização até às centésimas e resultará da média aritmética ponderada das classificações obtidas nos seguintes fatores: Habilitações Literárias (HAB), Formação Profissional (FP), Experiência Profissional (EP) e Avaliação de Desempenho (AD).-----

As Habilitações Literárias serão ponderadas da seguinte forma, cumprindo o requisito da detenção de escolaridade obrigatória: - 4.º ano de escolaridade – 10 valores - 6.º ano de escolaridade – 12 valores - 9.º ano de escolaridade – 15 valores - 12.º ano de escolaridade – 17 valores - Bacharelato – 18 valores - Licenciatura ou superior – 20 valores A Formação Profissional na área do posto de trabalho, será ponderada da seguinte forma: Horas de formação Valores
Nenhuma hora de formação 8 Até 14 horas 10 >=14 <=35 12 >35 <=70 14 >70 <=105 16 >105 <=140 18 >140 20 Para efeitos do cálculo do fator formação profissional (FP) apenas relevam os cursos e ações de formação frequentados adequadas às funções a exercer, não podendo a pontuação total a atribuir neste fator ser superior a 20 valores. Apenas serão consideradas as ações de formação comprovadas através de cópia do respetivo certificado e que indique o número de horas ou de dias de duração da ação e a data de realização da mesma. Sempre que do respetivo certificado não conste o número de horas de duração da formação, considerar-se-á que cada dia de formação é equivalente a 7 horas e cada semana a 5 dias. -----

A Experiência Profissional na área do posto de trabalho, devidamente comprovada, será ponderada da seguinte forma: - Sem experiência – 10 valores; - Menos de 6 meses – 12 valores; - Entre 6 e 12 meses – 14 valores; - Mais de 12 meses e até 18 meses – 16 valores; - Mais de 18 meses e até 36 meses – 18 valores; - Mais de 36 meses – 20 valores; A Avaliação de Desempenho será a relativa ao último período, não superior a 3 anos, em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho, com as seguintes regras na escala de 0 a 20 valores: Reconhecimento de Excelência / Excelente – 20 Valores Desempenho Relevante/Desempenho Muito Bom – 16 Valores Desempenho Adequado/ Desempenho Bom - 14 Valores Desempenho Regular – 12 Valores Sem avaliação – 10 Valores Desempenho Inadequado/ Insuficiente – 8 Valores A Avaliação curricular será ponderada da seguinte forma: -----AC= HAB (15%) + FP (25%) + EP (40%) + AD (20%) ----- A Classificação Final (CF) será expressa de 0 a 20 valores, e corresponderá a aplicação da seguinte fórmula:

-----CF= (AC*100%)

----- Em situações de igualdade de valoração, serão utilizados os critérios de desempate previstos no artigo 24.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e subsistindo o empate, os critérios serão os seguintes: 1. Maior experiência profissional na área do posto de trabalho devidamente comprovada; ----- 2.

Maior número de horas de formação profissional adequadas às funções a exercer e devidamente comprovada; ----- 3. Candidatos com maior pontuação obtida na habilitação literária; ----- 4. Candidatos com maior classificação quantitativa na avaliação de desempenho;

----- 5. Candidatos com maior idade; ----- mantém-se sempre a preferência na admissão os candidatos portadores de deficiência igual ou superior a um grau de 60% TNI conforme Decreto-Lei n.º 29/2001, de 03 de fevereiro.

----- N) - O júri do concurso terá a seguinte composição: ----- PRESIDENTE – O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, Romeu Orlando Pereira Rodrigues;

----- VOGAIS EFETIVOS – A Chefe da Divisão de Educação, Dra. Margarida Maria Ferreira Cardoso, designada para substituir o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e a Dirigente Intermédia de 3.º Grau da Unidade Gestão Transferências de Competências e Planeamento Estratégico, Dra. Isabel Alexandra Almeida Barbosa;

----- VOGAIS SUPLENTEs – A Dirigente Intermédia de 3.º Grau da Unidade Administração e Gestão Educativa, Dra. Maria Madalena Rocha Seabra e o Técnico Superior, Dr. Joaquim Vitorino Garcês Santos;

----- O) - Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de seleção tidos em conta, bem como o sistema de classificação final, incluindo as respetivas fórmulas classificativas, constam de ata das reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas, podendo os candidatos consultar o processo, com marcação prévia, no Departamento de Recursos Humanos, dentro do horário normal de funcionamento (09h00 às 12h30 e das 14h00 às 16h30).

----- P) - As listas de classificação e as listas de candidatos serão publicitadas, para consulta, na página eletrónica do Município, [www.cm-paredes.pt-opção recrutamento pessoal](http://www.cm-paredes.pt-opção-recrutamento-pessoal), e afixadas no Edifício Paços do Concelho no Departamento de Recursos Humanos.

----- Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação. ----- Q)- Consultada a Área

Metropolitana do Porto (AMP), enquanto Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias Locais (EGRA), para o Município de Paredes, em cumprimento do disposto nos art.º 16.º e art.º 16.º-A do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de dezembro, foi prestada a seguinte informação, através de e-mail datado de 14 de janeiro de 2026: "AMP não constituiu a EGRA para os seus municípios, devendo ser aplicado o regime subsidiário previsto no artigo 16º-A do DL 209/2009, alterado pela Lei 80/2013, de acordo com a informação da DGAL e homologado pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, em 15 de julho de 2014. Assim terá de aplicar o regime subsidiário através do órgão competente estabelecido no Decreto-Lei n.º 209/2009". ----- R) -

O Município de Paredes irá tratar os Dados Pessoais dos candidatos, em conformidade com o Regulamento de Proteção de Dados (UE) 2016/679, e na medida do adequado, pertinente e limitado ao que for necessário no âmbito do presente Procedimento Concursal. ----- S)

- Notificações do procedimento de recrutamento e seleção dos candidatos: todas as notificações serão efetuadas para o endereço de correio eletrónico, de preenchimento obrigatório, indicado no formulário de candidatura, bem como através a página eletrónica do Município de Paredes, em ([https://www.cm-paredes.pt/Recrutamento de Pessoal/Procedimento Concursais a decorrer](https://www.cm-paredes.pt/Recrutamento-de-Pessoal/Procedimento-Concursais-a-decorrer)). ---- Paços do Concelho de Paredes, 30 de junho de 2026 O Presidente da Câmara, Alexandre Almeida, Dr.

Observações

As candidaturas deverão ser formalizadas, exclusivamente, e sob pena de exclusão, através da plataforma de serviços online, disponível em www.cm-paredes.pt, no formulário de candidatura específico para o presente procedimento.

A submissão através da plataforma de serviços online implica um registo de utilização prévio.

O registo de adesão só poderá ser efetuado até às 16h00m do último dia de candidatura, sob pena de não ser possível submeter a candidatura ao referido procedimento.

NÃO SERÃO ACEITES CANDIDATURAS APRESENTADAS EM FORMATO DE PAPEL, BEM COMO AS CANDIDATURAS ENVIADAS POR CORREIO ELETRÓNICO.

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Termina da Oferta

Admitidos

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total Com Auxílio da BEP:

Recrutados

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total Portadores Deficiência:

Total Com Auxílio da BEP: